



Número: **0600330-86.2020.6.16.0035**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavnaro**

Última distribuição : **07/11/2020**

Processo referência: **0600330-86.2020.6.16.0035**

Assuntos: **Inelegibilidade - Desincompatibilização, Impugnação ao Registro de Candidatura,**

Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Vice-Prefeito, Eleições - Eleição Majoritária

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Registro de Candidatura - RRC nº 0600330-86.2020.6.16.0035 (DRAP n.º 0600200-96.2020.6.16.0035) que julgou improcedente a presente ação de impugnação e deferiu o pedido de registro de candidatura de Jose Luiz Pançan, para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito, sob o número 19, com a seguinte opção de nome: Dr Pançan.**

(Impugnação de pedido de registro de candidatura, proposta pela Coligação "Juntos Com O Povo Somos Fortes" (PSD/PTB), em face de José Luiz Pançan, pelo Podemos, integrante da Coligação "Juntos Podemos Mais", no Município de Assaí/PR, vez que o candidato não se desincompatibilizou no prazo legal, tendo em vista que é médico e presta serviço para o município por meio de contrato celebrado com inexigibilidade de licitação, e por ser credenciado ao SUS, segundo o art. 1º, inciso II, alínea "i", da LC 64/90; Gerador Cadeia - Assaí/PR - Eleição 2020). RE1

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|---------|
| JUNTOS COM O POVO SOMOS FORTES 14-PTB / 55-PSD (RECORRENTE) | | CARLOS ALBERTO CALOVI TIVA (ADVOGADO) | |
| JOSE LUIZ PANCAN (RECORRIDO) | | DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA (ADVOGADO) LUIS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES (ADVOGADO) THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA (ADVOGADO) | |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 19620966 | 16/11/2020 19:15 | Decisão | Decisão |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548): 0600330-86.2020.6.16.0035

RECORRENTE: JUNTOS COM O POVO SOMOS FORTES 14-PTB / 55-PSD

Advogado do(a) RECORRENTE: CARLOS ALBERTO CALOVI TIVA - PR0088145

RECORRIDO: JOSE LUIZ PANCAN

Advogados do(a) RECORRIDO: DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA - PR0074746, LUIS GUSTAVO

FERREIRA RIBEIRO LOPES - PR0036846, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA - PR0094043

RELATOR: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

DECISÃO

I. Na origem, foi apresentado Requerimento de Registro de Candidatura por JOSÉ LUIZ PANÇAN para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito, nas Eleições de 2020.

A COLIGAÇÃO JUNTOS COM O POVO SOMOS FORTES (PSB e PTB) apresentou impugnação ao registro de candidatura, em virtude de que o impugnado estaria inelegível, tendo em vista que é médico e presta serviço para o município por meio de contrato celebrado com inexigibilidade de licitação e por ser credenciado ao SUS, violando o exposto no art. 1º, "I", II, da Lei Complementar nº 64/90.

Na sentença de id. 17864216, o JUÍZO DA 35ª ZONA ELEITORAL DE ASSAÍ julgou improcedente o pedido de impugnação, sob o fundamento de que não existe a necessidade de desincompatibilização do médico credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS) que esteja no exercício particular da medicina e nem daquele que presta serviço ao Poder Público, através de contrato com cláusulas uniformes.

Em face da sentença proferida, o impugnante interpôs **recurso eleitoral** (id. 17864616), asseverando que: i) o recorrido presta serviços ao município de Assaí por meio de contratação por inexigibilidade de acordo com o processo nº 130/2018, celebrado em 13/09/2018 e com aditivos vigentes até 13/03/2021; ii) ao contrário do alegado, o serviço não é esporádico e nem tampouco de forma eventual e sem controle do contratante; iii) o recorrido atende como pediatra e realiza cerca de 3600 consultas; iv) o argumento de cláusulas uniformes para o caso sob análise se mostra descabido, tamanha a importância do profissional no exercício de sua função perante o eleitorado; v) o recorrido também presta serviços no hospital municipal por meio de plantões médicos; e vi) o recorrido não interrompeu a prestação dos serviços, ou seja, continuou atendendo a população de Assaí por meio de sua empresa e pessoalmente durante todo o período antecedente ao deveria ter se desincompatibilizado nos exatos termos legais. Ao final, pugna pelo provimento do recurso.



A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL opina pelo conhecimento e desprovisionamento do recurso (id. 19127516).

II. Nos termos do art. 31, II do Regimento Interno deste TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL c/c art. 66, I da Res.-TSE 23.609/2019 o presente Recurso pode ser decidido monocraticamente.

III. No caso em exame, volta-se o recorrente contra sentença proferida pelo JUÍZO DA 35ª ZONA ELEITORAL DE ASSAÍ, que julgou improcedente o pedido de impugnação, por entender que não existe a necessidade de desincompatibilização do médico credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS) que esteja no exercício particular da medicina e nem daquele que presta serviço ao Poder Público, através de contrato com cláusulas uniformes.

Todavia, considerando o encerramento das eleições para o cargo de prefeito e o fato do candidato não ter sido eleito como vice-prefeito, não há razão para se analisar a fundamentação recursal, pois não subsiste qualquer interesse processual na presente demanda. Na espécie, o recorrido obteve, juntamente com o candidato ao cargo de Prefeito Luiz Alberto Vicente, 2.897 votos no Município de Assaí, alcançando o 2º lugar no pleito majoritário, com 30,91% dos votos válidos.

Assim considero porque a reforma eleitoral efetivada pela Lei nº 13.165/2015 retirou do sistema eleitoral majoritário a possibilidade de o candidato segundo colocado obter a vitória em razão de nulidade que atingisse a votação do candidato vencedor. A partir da reforma eleitoral de 2015, sempre que o candidato vencedor nas eleições majoritárias obtiver mais de 50% dos votos válidos e tiver seu registro indeferido, seu diploma cassado ou mesmo vier a perder seu mandato, o pleito será anulado e serão realizadas novas eleições, como se infere no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral:

Art. 224. (...)

§ 3º A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados.

Nesse contexto, desde que se mantenha hígido o registro de candidatura, o diploma e o mandato do candidato vencedor na eleição majoritária disputada entre dois candidatos, não há mais interesse em discutir a qualidade dos votos do candidato derrotado.

Assim, diante da perda superveniente do objeto, nos termos do art. 485, VI do CPC, impõe-se a extinção do feito sem análise de mérito, o que importa na prejudicialidade do presente recurso.

IV. Ante o exposto, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, em razão da perda superveniente de objeto, determinando seu arquivamento.

V. Publique-se, Registre-se, Intimem-se.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.



ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RELATOR



Assinado eletronicamente por: ROBERTO RIBAS TAVARNARO - 16/11/2020 19:15:09

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20111619150850000000019001292>

Número do documento: 20111619150850000000019001292